

## Renda e Algemas

(Não Assinado)

(Não Assinado)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, através do seu presidente Márcio Porchamnn, divulgou na última terça-feira, uma compilação de dados que revela a queda da pobreza no Brasil, uma tendência iniciada em 2004. Assim, o percentual de pessoas consideradas pobres caiu de 35% em 2003, para 25% em 2006.

Por outro lado, cresce o número de brasileiros que são incluídos na faixa da classe média. Com maior salário e poder aquisitivo, parcelas ponderáveis de famílias, com renda entre 1.064 e 4.591 reais mensais, encorpam os segmentos que já representam 51,89%, mais da metade, da população economicamente ativa do Brasil.

Esses indicadores fizeram com que a Fundação Getúlio Vargas, FGV, lançasse um documento chamado “A Nova Classe Média”. As razões principais desses números positivos encontram-se na estabilidade macroeconômica e nos projetos sociais do governo federal.

Mas existe um outro movimento que em função dessa nova realidade econômica do país começa a se destacar, em decorrência de novos atores sociais que emergiram no cenário nacional. É que a correlação de forças baseada nos segmentos sociais vem sendo modificada substancialmente.

Dessa forma, o mapa político do país passa a ser outro, porque a participação ativa de amplos setores da população, antes à margem das grandes decisões, sem direito à opinião, redirecionam os interesses e alteram os conceitos estabelecidos.

Assim, são cada vez menores os espaços para atividades ilegais no mundo empresarial, convivências promíscuas e criminosas na esfera da política. Não se trata apenas de uma cruzada ética, mas de uma necessidade surgida pelas novas condições do desenvolvimento capitalista.

É o que alguns chamam de modernização progressista das relações sociais, jurídicas, econômicas e institucionais do país. A verdade é que existem atividades criminosas, de bandidagem mesmo, ligadas a determinadas esferas do mundo da superestrutura.

Esse é o impasse. Entre um novo, bem mais avançado, que exige novas regras de conduta para se afirmar, e a estrutura estabelecida, superada e viciada, que insiste em permanecer.

Assim, o que vem incomodando alguns setores não são bem os excessos e algemas evidentes, que podem ser contidos no Estado de Direito democrático, mas a possibilidade do fim dos privilégios e da secular impunidade.

